

Os caminhos para se chegar à reforma agrária

Paulinelli, Mauro Borges e Oswaldo Lima Filho debatem pagamento, posse e terras devolutas

FOTOS: FRANCISCO GUALBERTO



Os deputados Alysso Paulinelli e Oswaldo Lima Filho e o senador Mauro Borges, no CORREIO: a reforma agrária em debate

A implantação da reforma agrária, que possibilite o assentamento de pelo menos sete milhões de trabalhadores rurais sem terra em menos de 10 anos, está dividindo os deputados e senadores encarregados de escreverem a futura Constituição. Os chamados constituintes progressistas defendem a limitação do tamanho da propriedade rural; que a posse legal da terra desapropriada para a reforma agrária seja imediata, não cabendo recursos no Judiciário quanto ao ato de desapropriação, mas somente em relação ao valor da indenização. A terra nua, segundo os progressistas, deve ser paga em Títulos da Dívida Agrária (TDAs) e as benfeitorias em dinheiro.

Os chamados conservadores preferem que a reforma agrária seja feita em terras devolutas da União, as terras públicas. Eles defendem que os imóveis rurais desapropriados sejam indenizados em dinheiro e são radicalmente contrários à limitação do tamanho da propriedade.

O CORREIO BRAZILIENSE, em debate conduzido pelos repórteres Vera Ramos, Eduardo Brito e João Carlos Henriques, ouviu a opinião de três constituintes: o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), ex-ministro da Agricultura do governo João Goulart e relator da Subcomissão da Política Agrícola e Reforma Agrária; o senador Mauro Borges (PDC-GO) e o deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG), ex-ministro da Agricultura do Governo Geisel.

Qual a forma de pagamento que deveria ser aplicada para a desapropriação de imóveis rurais?

Oswaldo Lima Filho — A União não dispõe de recursos para desapropriar propriedade rural para fim de reforma agrária com pagamento em dinheiro. O plano de reforma agrária prevê o assentamento de 7 milhões de trabalhadores em lotes. Isso, numa média entre 20 e 30 hectares, daria 210 milhões de hectares. Nem que a União fabricasse ouro, ela não teria recursos para desapropriar isso em 10 anos, que é o espaço previsível para que a reforma agrária tenha efeito modificador na estrutura social, política e econômica do País.

É a Constituição que prevê que se pudesse haver desapropriação mediante prévia e justa indenização da União. Depois de 64 os marechais Castelo Branco e Costa e Silva, que dirigiram o movimento, fizeram o Congresso aprovar a emenda constitucional número 10 e o Estatuto da Terra, que permitem a desapropriação da terra, para fins de reforma agrária, mediante pagamento em Títulos da Dívida Agrária, resgatáveis em 20 anos, em parcelas anuais e sucessivas e com correção monetária. No meu ponto de vista pessoal, esse critério deve ser mantido. Ainda há divergências. A Contag e a Abra entendem que as benfeitorias devem ser indenizadas em títulos. Eu entendo que não, tanto que dei parecer favorável a uma emenda que mandava pagar em dinheiro as benfeitorias, por entender que elas representam já um investimento de melhoria na terra. Agora, sem essa desapropriação em títulos da reforma agrária, não haverá nunca a reforma agrária. É retórica. Na medida em que o Governo entrasse no mercado com um grande comprador é evidente que o preço das terras iria subindo.

Mauro Borges — Eu acho isso de certa forma um confisco. Apesar de trabalhar, muitas vezes o fazendeiro não dá conta de utilizar toda a sua terra. E como ele não poderia utilizar toda a sua terra, ele entra na reforma agrária e perde grande parte do seu trabalho, porque 20 anos para pagar é prazo longo demais. E não se pode pensar também em fazer uma reforma agrária em 10 anos. Reforma agrária levaria muito mais tempo. Poderia dividir os pagamentos.

Eu acho que essa parte é muito dura, muito pesada, tem que ser muito melhorada. Talvez não seja necessário totalmente em dinheiro. Mas títulos da União, a União tem muitas empresas que ela não teve controle. Por exemplo, pode dar parte desses títulos para pagar a reforma agrária. Na verdade não se faz reforma agrária sem uma opção para a agricultura. Tem que fazer uma opção. Quer dizer, a Nação tem que pensar mais nisso.

Alysso Paulinelli — Eu várias vezes já me manifestei favorável que a desapropriação se proceda de duplo sentido. Toda terra vazia em títulos da dívida agrária e toda benfeitoria previamente paga pelo valor venal, em dinheiro corrente. Agora, eu fico um pouco preocupado porque só aqui, vários já confessaram que o Governo não tem dinheiro para indenizar as terras. Agora vamos chegar ao ponto crucial, para mim não é este. Só o Governo Federal já tem 71,4 milhões de hectares à sua disposição, e as terras públicas brasileiras hoje são 114 milhões de hectares. Vou fazer mais uma observação. Se o Governo tiver peito, se ele tiver gente que não tenha rabo preso, e queira, ele vai dobrar a quantidade de terras públicas. Quem está dizendo é um que realizou a discriminatória. O que é discriminatória? É ter peito de enfrentar os grandes grileiros, os grandes posseiros brasileiros.

Vale a pena definir os limites?

Objetivo é mudar o poder

Outra questão importante é a questão da imissão de posse. Se ela deve ser imediata ou se é passível de recurso judicial

Alysso Paulinelli — Eu acho que as atuais 48 horas de hoje são bastante suficientes para que o ministro tome conhecimento do processo e veja se ele está ou não em condições. E se ele estiver em condições ele determina imediatamente a imissão de posse. Se não estiver, naturalmente que ele manda corrigir. Agora o que é preciso, e é imprescindível é fazer a norma para que o Incra não continue a fazer aquele habe-se a que eu me referi. Isso não pode continuar. Você vê: o presidente da República já se manifestou de forma peremptória e nervosa pelos vexames que ele foi levado. A terra nua não se pode ter-giversar sobre ela. Agora, a terra produtiva, tenha paciência, nós temos que proteger esse indivíduo. Porque se esse processo prosperar nós vamos ter uma barbúria no Brasil. Nós vamos ter uma inversão da valorização daquilo que nós precisamos. O trabalho, a benfeitoria e a propriedade passam a não ter nenhuma segurança mais. Ai nós vamos exatamente no sentido inverso.

Mauro Borges — Eu estou praticamente de acordo com tudo que o deputado e ex-ministro, dos maiores conhecedores dos problemas agrários do nosso País, acaba de falar. E exatamente o que ele disse. Não tenho praticamente nada mais a acrescentar.

Oswaldo Lima Filho — Em parte eu estou de acordo com o deputado Alysso Paulinelli. Realmente, sobretudo como advogado, eu não posso desconhecer que a autoridade pública pode cometer excessos e abusos. E que exigem correção judicial. Mas agora o senador Severo Gomes fez uma emenda que me parece atender à essa previsão de erros. Ele mantém a imissão de posse imediata. Mas determina que haverá recurso judicial e se a decisão judicial for contrária à ordem expropriatória então a indenização se fará em dinheiro. Eu acho que essa norma é muito salutar. A desapropriação será mantida em qualquer hipótese, mas se houver um erro do poder público — o que é possível — então aí o poder público indenizará em dinheiro.

Uma questão que nós queremos aqui é a questão da limitação da propriedade de terra. Da fixação do módulo rural. Nós gostaríamos de saber se isso não afetaria negativamente o abastecimento dos centros urbanos.

Mauro Borges — Eu acho que em princípio toda propriedade produtiva deveria ser respeitada, mesmo grande. Sobre tudo, digamos num caso específico, o Pantanal. Eu acho que essa limitação do tamanho da propriedade é muito difícil de ser feita. Porque as circunstâncias exigem que o indivíduo, para aproveitar economicamente, tem que ter uma propriedade maior. O essencial é que a propriedade seja produtiva, que ela produza. Dai seria um preconceito contra o dinheiro, contra o capital, contra a riqueza. Num regime liberal, capitalista, isto não teria sentido.

Oswaldo Lima Filho — O senador Mauro Borges declara defender uma posição capitalista e, no regime capitalista que nós vivemos, nós teremos apenas esses conceitos. De mim, pessoalmente, eu quero salienta que a minha visão pessoal do problema é inteiramente oposta à do senador. Eu sou um cristão, católico e sobre o latifúndio o que preside no espírito, muito antes do que qualquer conceituação política, é a norma religiosa, na função social da propriedade, da sua limitação. Há mil anos antes de Cristo, o profeta Isaías, pressionado pelo crescimento do latifúndio em Israel dizia: "Amaldiçoados



“ Não acho que o momento seja oportuno da propriedade, tamanho para se limitar o infelizmente, a maioria dos sem-terra não têm condições para ser um proprietário. Voltarão a mesma situação de trabalhadores rurais ”

Alysso Paulinelli



“ O latifúndio produtivo também é altamente condenável porque leva à proletarianização do campo e elimina a pequena propriedade. Hoje, as plantações de soja e cana chegam nas bequias das casas dos trabalhadores ”

Oswaldo Lima Filho

sejam os que juntam casa com casa, campo com campo, até que não haja mais lugar, a fim de ficarem sós no meio da terra... ”

Isaías, versículo oitavo. Quer dizer, a condenação que nós fazemos do latifúndio não é só do latifúndio produtivo ou improdutivo. O improdutivo, para nós, significa um verdadeiro crime. E alguém manter a propriedade e a posse de áreas e impedir que elas produzam quando há milhões de pessoas reclamando não poderem ter um palmo de terra para produzir. Mas o latifúndio produtivo também é altamente condenável porque ele leva à proletarianização do homem do campo. Ele elimina a pequena propriedade.

Mauro Borges — Eu não estou defendendo o latifúndio produtivo como a forma ideal. Eu estou justificando, em muitos casos, o indivíduo que faz um trabalho pioneiro e tem uma grande propriedade, ele deve ser respeitado. Se ele cumpre as obrigações sociais, o preconceito é puramente contra a riqueza. Se nós formos levar o preconceito contra a riqueza ao extremo, nós vamos ter que atuar muito mais no setor urbano do que no rural.

Oswaldo Lima Filho — No setor urbano há injustiças, mas elas não se comparam às injustiças existentes no setor rural. As estatísticas demonstram que há, no Brasil, sete milhões de trabalhadores sem terra, que não são trabalhadores permanentes. Há três milhões e quinhentos mil agricultores permanentes, que têm carteira assinada, previdência assegurada, etc. Sete milhões não têm. São trabalhadores sazonais e isto representa quarenta milhões de pessoas, vivendo em situa-

ção de miséria, de pobreza absoluta.

Mauro Borges — Praticamente envolve a totalidade da população do campo que hoje representa, mais ou menos, um terço da nossa população, no máximo. Então, ela não é toda... Oswaldo Lima Filho — A maioria da população do campo está nesta situação... Mauro Borges — E outra coisa: por isso eu perguntei de início, não se pode estabelecer que para trabalhar no campo, na zona rural, seja sempre proprietário... Oswaldo Lima Filho — Mas quem está dizendo isso? Ninguém está dizendo isso. Eu estava dizendo aqui... Mauro Borges — Muitas vezes há posições que de certa forma o Isaías pregou e que o senhor está defendendo... Oswaldo Lima Filho — Eu acho que a pequena propriedade é a mais recomendável. Há setores e áreas em que a grande propriedade será justificável. Mas mesmo essa não pode ser ilimitada. Nós não podemos admitir. No Brasil existem, hoje, cento e sessenta e duas mil propriedades maiores de 100 mil hectares. Isso é uma monstruosidade... — Nós estamos valorizando a discussão aqui e o constituinte Alysso Paulinelli não falou ainda... Alysso Paulinelli — A minha posição, sob o ponto de vista ideológico e filosófico, é uma posição capitalista e cristã. Eu também estou com Isaías no seu versículo oitavo. Ninguém pode juntar propriedade para ficar nela só. Sou absolutamente contra isso. O que eu estou tentando é mostrar o lado prático



“ Não se pode fazer uma reforma agrária em 10 anos. Reforma agrária leva muito mais tempo. Não é com apenas a enxada que se vai fazer hoje o desenvolvimento agrário. É preciso muito mais que isso ”

Mauro Borges

co da questão. Para que nós vamos limitar propriedade improdutiva no Brasil, se nós estamos de acordo que ela seja desapropriada totalmente?

Vamos fazer um trabalho só. Se, realmente, aquela propriedade é precisa, para o desenvolvimento agrário, fundiário brasileiro, vamos desapropriar totalmente. Não acho nenhum efeito prático em limitar propriedade improdutiva.

Mauro Borges — Eu queria dizer aqui ao nosso prezado amigo Oswaldo Lima Filho que eu também sou cristão. Sou contra o capitalismo selvagem. Mas nunca tive um dinheiro a juros nem na poupança. O que se discute aqui não são as vantagens do capitalismo ou do socialismo. Isso não está em causa. Essa não é a discussão. Nós temos que ser realistas e discutir os problemas dentro do nosso regime porque a nossa reunião não é para mudar o regime, é para discutir dentro dessa realidade. A propriedade não é essencial. É lógico que ela é útil, é importante. O que é essencial é a utilização progressista, útil da terra. Isso, sim, é essencial. Muitas vezes, a pessoa vive melhor com o arrendamento de uma terra do que sendo proprietária dela, investindo. O que é essencial é tirar os recursos da terra, fazer riqueza com isso.

Oswaldo Lima Filho — Eu acho que o problema não é só de produzir riquezas. E de distribuir essa riqueza.

Mauro Borges — Claro. Está junto, está preso a esse problema da produção. O que é essencial é que a Igreja está com uma posição essencialmente presa à propriedade. Não foi assim no passado. As missões jesuítas foram um exemplo extraordinário, até para o mundo todo, quando os jesuítas fizeram uma realização extremamente socialista, com Sete Povos das Missões, no Sul do País. Não se preocupavam com a propriedade. Se preocupavam, exatamente, em organizar o trabalho na produção e distribuir com justiça. Era realmente um regime verdadeiramente socialista: a cada um conforme suas necessidades, de cada um conforme a sua capacidade. Esse era o princípio. Eles não se apeçavam em dar terra para ninguém e, sim, em organizar a produção. De certa forma, exerciam uma política agrícola, lá dentro. Um pequeno problema não tem condições de ter o seu trator, o seu gado. Não é com enxada que se vai fazer, hoje, o desenvolvimento agrário do País. Tem que ter incentivo e sementes de modo geral. Depois tem que ter colheiteira. Quem é que pode comprar uma colheiteira, hoje? São poucos os fazendeiros que podem comprar uma colheiteira. Depois tem que haver uma estocagem. Quem é que pode estocar? Um pobre proprietário, um pequeno proprietário? Não pode. Isso tudo tem que ser o que o Governo vai gastar pela sua opção em fazer a reforma agrária. Ele tem que criar tudo isso na região de produção. E depois o que é mais difícil: ninguém pode vender a sua mercadoria sozinho. Ela tem que ser negociada coletivamente para que haja resultado. Então, o cooperativismo é absolutamente essencial para o sucesso da reforma agrária. Eu sou favorável à reforma agrária, acho absolutamente necessário que se faça. Mas não pode ser feita com radicalismo.

Alysso Paulinelli — Eu não quero deixar a imagem que eu sou contra a pequena propriedade. Eu não fiz qualquer defesa, exclusivamente, da grande propriedade. Ao contrário, eu defendo que, democraticamente, nós temos que caminhar à propriedade pequena e média. Não tem dúvida nenhuma. Eu sei que, às vezes, ela sofre muito como está sofrendo agora, no Brasil

Vamos fazer, agora, as considerações finais de cada um.

Oswaldo Lima Filho — Estou convencido de que o primeiro objetivo da reforma é o objetivo político, porque o poder político no Brasil continua em mãos de uma oligarquia rural. Os grandes latifundiários detêm o poder político. São eles que elegem a maioria dos deputados e senadores do Congresso Nacional, sobretudo nas áreas rurais. Em segundo lugar, entendo que a atual estrutura da propriedade territorial no Brasil é inteiramente nociva ao desenvolvimento econômico do País. Nós temos, no Brasil, 40 milhões de pessoas — são 7 milhões de famílias — de trabalhadores sem-terra que, praticamente, estão expulsos do mercado interno, do mercado econômico. E gente que não usa calçado, não usa pasta de dente, não usa sabonete. Que compra roupa de dois em dois anos, enfim, que não usa leite, ou seja, os índices de absorção até da produção agrícola por essa população em estado de extrema pobreza são dos mais baixos do mundo. O consumo de leite no Brasil é de gotas. Se nós formos calcular, anualmente, per capita, é de gotas. O consumo de carne é ridículo. O trabalhador brasileiro, o trabalhador rural come carne nas grandes festas do ano.

Alysso Paulinelli — Estou de acordo que a distribuição da renda se faz com muito mais eficiência no campo do que na cidade. Os trabalhadores das empresas rurais têm maior capacidade aquisitiva do que os minifundiários. Isso é uma pena. Especialmente no Nordeste. Eu me comprometo de como um dos culpados por isso, porque eu estou dentro da sociedade que aceita isso.

Portanto, o trabalhador rural está indo ao mercado, sim. Infelizmente a política agrícola, má conduzida como está, extraindo do campo toneladas de recursos, há visto que é o único país do mundo que enveredou em tributar produto agrícola in natura. Se o PIB agrícola está chegando a quase 40 bilhões de dólares, nós temos tributação direta em 24 por cento do produto agrícola, dá 10 bilhões de dólares que saem... Oswaldo Lima Filho — V. Exa. tem meu total apoio... Alysso Paulinelli — Então eu acho que não é o problema da distribuição fundiária, é o problema da falta de assistência a pequenos e médios trabalhadores que estão perdendo as condições de mercado, porque não estão podendo produzir. E exatamente o inverso. Outra coisa que me preocupa é que essas migrações não são só daqueles que não tiveram acesso. Infelizmente, as estatísticas estão aí. A favela paulista em 1978 deixou de ser de nordestinos. Tinha 72 por cento de mineiros do Sul de Minas, grande parte deles ex-proprietários de terra.

Oswaldo Lima Filho — Tudo isso é consequência do latifúndio.

Alysso Paulinelli — Eu acho que do latifúndio improdutivo.

Oswaldo Lima Filho — Produtivo e improdutivo.

Mauro Borges — Eu acho que o nosso maior mal social é a concentração absurda de riqueza. Eu ouvi o ex-ministro Funa-ro dizer que cerca de 3 por cento das organizações, firmas etc. existentes no Brasil controlam 85 por cento da renda. Isso inviabiliza uma nação democrática completamente. É um verdadeiro absurdo. Agora, a migração acelerada para as grandes cidades que nos tem trazido graves problemas, segundo o nosso eminente amigo Oswaldo Lima Filho, é provocada pelo latifúndio. Eu acho que o latifúndio pode ter alguma culpa nisso. Mas a principal culpa é de uma ausência de uma política agrícola ou, pior ainda, uma política agrícola torcida, malfeita criminosa.

Primeiro passo: usar as terras do Governo

senhor acha que se o Governo tivesse uma política agrícola séria e efetiva, alguns latifúndios e alguns imóveis rurais que ainda estivessem no estágio de improdutividade, poderiam produzir mais através de uma política agrícola séria. E o senhor disse também que o governo pode começar um programa sério de reforma agrária com suas próprias terras, certo?

Alysso Paulinelli — Eu não quero que seja só nas dele. Eu só alego que o Governo já tem terras suficientes. Portanto, não é o problema terra. Se o Governo tem condições de desapropriar e tem condições de rever a cadeia sucessória e as terras que estão à disposição dele, concordo que não há dinheiro para compra. Mas a maioria não exigiria que fosse em dinheiro. Gostaria apenas que o título tivesse um valor real.

Deputado Paulinelli, o Sr. disse que o governo tem muitas terras para fazer a reforma agrária. Mas a grande maioria das terras devolutas da União está na faixa da fronteira e às margens das rodovias da Amazônia. Nesse caso seria colonização em vez de reforma agrária. Quer dizer, deslocar o pessoal para um local sem infra-estrutura, ficaria mais caro para fazer os assentamentos?

Alysso Paulinelli — Pode fazer a colonização, e se for feita eu até preferia que fosse feita pela iniciativa privada que o faz com muito mais eficiência e com muito menor custo. Nós temos terras públicas hoje junto a grandes centros. São Paulo tem terras públicas...

Mas são poucas, deputado. Tem pouca, mas por isso é que eu estou abrindo também a tributação por títulos.

Oswaldo Lima Filho — Os 114 milhões de hectares de terras públicas são em sua larga maioria em terras remotas, na Amazônia e na faixa de fronteira. E até há poucos dias a maioria das terras da Amazônia estava fora da reforma agrária por força do decreto 1174 de 81, dos governos militares que colocaram uma faixa de 100 quilômetros ao longo das rodovias federais da Amazônia sob o controle do Conselho de Segurança Nacional e, portanto, excluídos da reforma agrária. E nessa área foram feitas concessões gravíssimas a particulares. O problema maior da reforma agrária que não tem sido discutido, é a questão do exército de reserva de desempregados do Brasil. A grande transformação social que a reforma agrária pode determinar no Brasil é que ela iria eliminar essa reserva. Existem hoje no Brasil, sete milhões de trabalhadores que só têm trabalho sazonal. Eles trabalham na colheita da cana seis meses, trabalham na colheita do café três meses, e passam o resto do ano fazendo biscates. Essa gente pressiona a mão-de-obra rural e pressiona a mão-de-obra urbana, porque eles emigram para as cidades em busca de trabalho na construção civil, nesse período em que eles estão desocupados. E isso leva os salários lá para baixo porque os capitalistas, dispõem em suas portas de 100, 200 homens pedindo emprego a qualquer preço, com carteira, sem carteira.